

# **Cabo-verdianos em S. Tomé e Príncipe: os contornos da consciência de *segundos europeus***

**Augusto Nascimento**

**Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa**

Nas suas memórias e auto-caracterizações, os cabo-verdianos que se quedaram por S. Tomé e Príncipe nunca se referem a si mesmos como crioulos. Descrevem-se antes como cabo-verdianos e, com alguma frequência, como *segundos europeus*. Nesta comunicação, intenta-se contextualizar o uso esta designação, nem sempre ligada a uma visão instrumental dos testemunhos que eles fornecem sobre a sua presente condição social e política. Entre as várias hipóteses explicativas, aventaríamos a de que tal expressão traduz um alheamento em relação às inquietações e aos temas que, ao tempo do seu êxodo para S. Tomé, eram debatidos pela intelectualidade cabo-verdiana. Mas, nem por isso ela deixa de traduzir uma dada consciência da sua especificidade enquanto cabo-verdianos. Afinal, a classificação subjacente à denominação de *segundos europeus*, à primeira vista tributária do ideário colonial, comporta um juízo sobre a *civilização*, sua e dos outros, e serve para se situarem perante as mudanças políticas e sociais assaz adversas sobrevindas no S. Tomé e Príncipe independente.

**Palavras-chave: ideário colonial, “segundos europeus”, identidade cabo-verdiana.**

## **Introdução**

Este trabalho aborda um peculiar processo de identificação de ex-serviçais cabo-verdianos em S. Tomé e Príncipe. No decurso de entrevistas não estruturadas, efectuadas entre 2001 e 2003, eles reiteraram de forma enfática a sua condição de cabo-verdianos<sup>1</sup>. Cumulativamente, alguns descreveram-se como *segundos europeus*, aparentemente um traço adicional da sua identidade.

Refiro-me a idosos, a viver naquele arquipélago há cerca de meio século. Esses cabo-verdianos contrataram-se como serviçais, na sua maioria voluntariamente ainda que sem escolha. Devido à percepção das dificuldades na sua terra e às mudanças nos

---

<sup>1</sup> Este texto socorre-se igualmente do trabalho de campo em S. Vicente em 2004, onde a designação *segundos europeus* aflorou em testemunhos dos ex-contratados. Contudo, consideraremos o uso desta denominação pelos ex-serviçais que se quedaram por S. Tomé e Príncipe.

moldes de trabalho e nas relações sociais nos anos finais do colonialismo, acabaram por permanecer nas roças ou, quando saíram destas, por se fixar em S. Tomé e Príncipe. A independência representou para eles um momento difícil, com que se conformaram em vista das promessas políticas, assim como das pretextadas dificuldades do seu repatriamento e do recomeço da vida no seu pobre país. Hoje, os cabo-verdianos contam-se entre as principais vítimas do empobrecimento de S. Tomé e Príncipe. À vida espinhosa antes de 1975, os cabo-verdianos somaram, desde então, uma experiência de privações difíceis de suportar.

Durante as entrevistas surgiu a expressão *segundos europeus*. Apesar da presença de um interlocutor português a poder induzir, a expressão emergiu sem indagações prévias a tal respeito. Tal indicará o curso dessa expressão nos terreiros das roças, hoje falidas e fisicamente degradadas. É lícito supor que essa expressão condensa um desabafo acerca da marginalidade social, particularmente sentida pelos ex-serviçais cabo-verdianos. Dadas a pobreza e a solidão a que estão confinados, serão raríssimas as ocasiões para um tal desabafo que, assim, adquire o tom de apelo à acção justiceira de quem tenha poder para o efeito<sup>2</sup>.

Neste texto, pretendemos enunciar hipóteses ou, por outra, expor perplexidades a propósito de uma caracterização identitária algo inesperada, por um lado, e sem futuro (político) visível<sup>3</sup>, por outro. Em primeiro lugar, a classificação de *segundos europeus* caminha ao arrepio das redefinições identitárias ainda algo politizadas por relação ao colonialismo. Entre cabo-verdianos, é notório o esforço de construção de uma nação diaspórica e, correlatamente, de uma identidade cabo-verdiana política e culturalmente útil à projecção internacional do país e à obtenção de vantagens no mundo globalizado. Nos discursos sobre a nacionalidade cabo-verdiana patenteia-se o orgulho nas cultura e identidade historicamente fundadas, seja na luta contra a opressão colonial, seja na criação da sua terra e de um destino próprio contra a adversidade natural. Ora, a representação de *segundos europeus* como que cinge os cabo-verdianos a metas

---

<sup>2</sup> A designação *segundos europeus* foi recorrentemente usada pelos mais idosos em contactos espaçados ao longo de anos. Ainda assim, devemos questionar-nos acerca da sua faceta instrumental. Em que circunstâncias a ideia de *segundos europeus* será, ou não, veiculada? Usá-la-ão quando não estão presentes interlocutores europeus? É difícil ser taxativo. Mas, mesmo admitindo que a presença de um português a possa lembrar, ela não parece passível de redução a algo de meramente instrumental.

<sup>3</sup> Os cabo-verdianos não têm qualquer capacidade de luta política e social. Para além de um ambiente avesso à sua afirmação grupal – no geral, descreêm e alheiam-se de práticas associativas –, também a decrescente valia política de uma tal expressão vai de par com o fim da vida predito para breve...

coloniais, nessa medida contrariando a exaltação do cabo-verdiano – outrora, do mestiço – como construtor do Cabo Verde independente. A noção de *segundos europeus* não contribui para a valorização dos referentes identitários cabo-verdianos no mercado de bens culturais, tão pouco parece servir a concepção de nação diaspORIZADA<sup>4</sup>. De outra perspectiva, a designação de *segundos europeus* não participa da reflexividade das elaborações identitárias dos cabo-verdianos, conquanto nela possam ecoar os debates em curso em Cabo Verde ao tempo em que os ex-serviçais daí largaram para S. Tomé<sup>5</sup>.

Em segundo lugar, atento o contexto político são-tomense, trata-se de uma caracterização sem futuro. Como veremos, tal designação comporta uma sugestão de hierarquização social que, dada a sua situação e a do país em que se encontram, não tem sentido do ponto de vista político ou sequer ideológico e cultural. Politicamente, os ex-serviçais cabo-verdianos estão irremediavelmente condenados à subalternidade. Dadas as características sociais e culturais do arquipélago equatorial e o veio essencialista da afirmação são-tomense, não há lugar para a negociação política a partir da consideração de identidades, tão pouco para o reconhecimento político e social das minorias. Ainda assim, talvez a qualificação de *segundos europeus* tenha sentido para aqueles que a evocam. Parecendo uma reivindicação identitária passadista e anacrónica, permite-lhes uma reordenação simbólica deste mundo.

Em suma, tal caracterização suscitará estranheza e, até, aversão. Todavia, uma abordagem pressurosamente condenatória da alienação subjacente à designação de *segundos europeus*, que a filiasse apenas na ideologia colonial e racista, abdicaria de tentar explicar o curso e o significado social e político dessa designação corrente entre os ex-serviçais cabo-verdianos.

Outros motivos aconselham a evitar um tal enfoque redutor. Contra uma visão sub-repticiamente normativa da identidade cabo-verdiana, lembre-se a pluralidade dessa identidade nos mais variados contextos. Tal abrange igualmente os valores de há meio

---

<sup>4</sup> Como frequentemente sucede em narrações de indivíduos de grupos subalternizados, cuja memória se afigura errática e avessa à perspectiva institucional da diacronia e do discurso histórico, também entre os cabo-verdianos de S. Tomé e Príncipe avultam preocupações arreadas das dos arautos da identidade cabo-verdiana. E, também, das motivações de quem os procura para redigir histórias de vida, do grupo e do arquipélago.

<sup>5</sup> Tal hipótese assenta em indícios escassos, entre eles, a porosidade observável entre um discurso mais erudito e o discurso popular em S. Vicente e, decerto, noutras ilhas. Só uma investigação profunda permitiria validar esta hipótese, igualmente baseada na interpretação de gestos e dizeres dos ex-serviçais cabo-verdianos.

século, que os ex-serviçais ainda hoje têm por crivo de definição dos cabo-verdianos. Ademais, a noção de *segundos europeus* tem uma história relacionada quer com o *contrato* nas roças coloniais, quer com a sua permanência, também não completamente voluntária, no S. Tomé e Príncipe independente. Rejeitando-se esta parcela da vivência cabo-verdiana, decidir-se-ia arbitrariamente o que comporia, ou não, a identidade cabo-verdiana. No fundo, dar-se-ia razão aos lamentos dos cabo-verdianos em S. Tomé e Príncipe sobre o *abandono* em que se acham, patente, alegam eles, no foco dos governantes do seu país na diáspora dos países ricos<sup>6</sup>.

Sem dúvida, a ser enunciada por outrem, tal designação padecerá de um paternalismo retrógrado. Mas tal enunciação provém de sujeitos que, embora marginalizados, são cabo-verdianos. Prontamente se sentenciará que a asserção relativa à europeização é enviesada e extemporânea e, tivesse a crítica sentido, que não evidencia senão a insensibilidade dos que a veiculam relativamente ao impróprio de uma classificação eurocêntrica<sup>7</sup>. Ora, ao invés de classificar a designação de *segundos europeus* à luz do (nosso) mundo globalizado, importa reportá-la à evolução do arquipélago. Concretamente, cumpre contextualizar o seu uso<sup>8</sup> para a interpretação de um arquipélago que, para os ex-contratados, se tornou o seu mundo.

Olhemos, então, a génese e o curso da designação de *segundos europeus*. Não obstante as mutações de significado social e político ao longo de sucessivas conjunturas, essa designação comportou (e comporta) uma afirmação social, de alguma forma perseguida pelos cabo-verdianos ao longo de cerca de meio século de vida no arquipélago equatorial.

---

<sup>6</sup> Com a menção ao *abandono*, os cabo-verdianos aludem à sua miséria em S. Tomé e Príncipe, assim como ao facto de não beneficiarem em nada dos êxitos económicos na terra natal e do sucesso dos seus conterrâneos nos países mais ricos.

<sup>7</sup> Diga-se, noções como mestiçagem, miscigenação, criouldade ou processo de criouldização não constituem tópicos de debate em S. Tomé e Príncipe, onde a europeização, em tempos orgulhosamente reclamada pela elite dos nativos, vai deixando de ser uma marca local.

Assim, a qualificação de *segundos europeus* surge à margem da discussão relativa à origem e ao conteúdo de uma identidade crioula em Cabo Verde, discussão sem paralelo em S. Tomé e Príncipe (MAINO 1999:135). O termo *crioulo* foi adoptado por são-tomenses em textos científicos e ensaísticos sobre asua etnogénese. Porém, para além de aplicado num sentido lato e de fraco valor descritivo ou interpretativo, este termo tem vindo a perder lugar no discurso dos são-tomenses.

<sup>8</sup> A afirmação relativa à condição de *segundos europeus* não foi partilhada por todos. De resto, um inquérito talvez produzisse resultados inesperados e contraditórios, pois que, se solicitados a opinar formalmente, alguns dos que asseveram com sentimento serem *segundos europeus* talvez não se mostrassem tão seguros dessa classificação.

## Génese da expressão *segundos europeus*

A primeira dificuldade reside na datação desta noção. Uma hipótese tem-na como um eco longínquo da difusão no meio cabo-verdiano dos discursos sobre a etnogénese do povo cabo-verdiano<sup>9</sup>.

Conquanto sujeita a refrações múltiplas, uma noção relativa à miscigenação ou à mestiçagem como matriz da génese dos cabo-verdianos poderá ter sido levada para S. Tomé e Príncipe, ganhando aí novos significados. Entre as reminiscentes percepções da mestiçagem constitutiva dos cabo-verdianos, citemos a descrição de S. Vicente por uma ex-serviçal dessa ilha. Expressando o desejo de que Deus olhasse para ela e a levasse a morrer na sua terra, cantarolou um verso de uma modinha da sua juventude, *S. Vicente pequenino é um pedacinho do Brasil. Face ao espanto, nunca o senhor ouvir?* Outra ex-serviçal aventou *Cabo Verde com Portugal é perto*, asserção que não terá, presumimos, um mero conteúdo geográfico. Tendo em mente as inquietações e os temas debatidos nos anos 50 pela intelectualidade cabo-verdiana<sup>10</sup>, não é de todo impossível que estas e outras descrições de Cabo Verde, dos cabo-verdianos e da sua “civilização”, tenham viajado com os contratados. Em S. Tomé e Príncipe foram sendo reelaboradas ao sabor tanto da evolução das relações laborais e sociais nas roças, quanto até das inconsequentes intenções de instrumentalização política e social dos cabo-verdianos por autoridades coloniais<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> É concebível o cepticismo quanto à possibilidade de no termo *segundos europeus* ainda ecoarem mensagens acerca da mestiçagem como expressão, por exemplo, da lusitanidade cultural do cabo-verdiano ou de Cabo Verde como um regionalismo português (cf. FERNANDES cit. por ALMEIDA 2004:284). Ora, esses ecos não precisam de ser coerentes. Bastaria tão só que a sua socialização nos terreiros das roças tivesse ajudado a alicerçar as relações entre os cabo-verdianos e, de caminho, a sua resistência à opressão excessiva nas roças, para que tais ecos viessem a ser recriados para afirmar a indignação contra a miséria a que acabaram condenados no S. Tomé e Príncipe independente.

<sup>10</sup> Consulte-se uma resenha destes debates em ALMEIDA 2004:255 e ss.

<sup>11</sup> Algumas autoridades coloniais pensaram em usar cabo-verdianos como factor de aportuguesamento do arquipélago. Porém, após o sangrento episódio de Batepá e face à ofensiva anti-colonial nos círculos internacionais, a conquista da fidelidade política dos nativos tornou-se o objectivo prioritário. Assim, nos derradeiros anos do colonialismo, o poder ensaiou uma aproximação aos são-tomenses, mormente aos elementos das famílias ditas tradicionais. Esta política fez esquecer aquele desígnio político e social que alguns voluntaristas tinham gizado para os cabo-verdianos.

Ao tempo, o quotidiano era emoldurado por um racismo difuso e pelo ideário colonialista sobre a hierarquização dos vários segmentos populacionais<sup>12</sup>. A alegada civilização ou a reivindicada semelhança fenotípica com o europeu podiam desencadear efeitos contraditórios. Amiúde barrada pelas assimetrias sociais nas roças, por várias vezes a proximidade racial – por exemplo, no tocante à alfabetização – causou crispações entre empregados europeus subalternos e cabo-verdianos. Noutros termos, fosse quando insinuava uma competição civilizacional, fosse quando denotava uma adesão ao colonizador, a reiteração da qualidade de *segundos europeus* poderia afigurar-se um atrevimento por ameaçadora das barreiras sociais – tão só por implicar um juízo implícito sobre estas –, podendo suscitar quezílias ao invés de apaziguamento. Logo, o mais das vezes, uma tal designação deveria ter um curso contido ou carecer do beneplácito do europeu. Deixe-se dito, hoje, esta vertente conflitual parece esquecida pelos cabo-verdianos, alguns dos quais asseveraram que a designação de *segundos europeus* tinha o reconhecimento dos colonos, quando não era da autoria destes.

Até meados do século XX, com a indigenização da mão-de-obra a pautar as condições de trabalho, a vida nas roças era marcada pela rispidez. Neste quadro, dizerem-se *segundos europeus* – e, por vezes, tão-somente criaturas humanas – não seria uma afirmação fácil. Em todo o caso, tal pretensão terá tido importância, mormente na negociação informal de uma diferenciação social, traduzida, por exemplo, num tratamento diferente do dispensado a moçambicanos e a angolanos.

Mais tarde, a ter acompanhado as mudanças dos derradeiros anos do colonialismo, a designação *segundos europeus* pode ter passado a compor mecanismos de acomodação, bem como de identificação com as roças e os roceiros. Por seu turno, esta adesão pode ter sido induzida, entre outros factores, pelas clivagens entre as roças e os nativos, que as mutações políticas e sociais do colonialismo tardio não dissolviam por completo<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Por exemplo, em razão da aptidão para o trabalho, no que nem sempre os cabo-verdianos eram os mais apreciados. Para os europeus, a aptidão do trabalho incluía o acatamento incondicional das suas ordens, ao que nem sempre os cabo-verdianos se mostravam prontos.

<sup>13</sup> Em parte, tal deveu-se aos roceiros. É provável que, por entre desencontradas intuições sobre o futuro político do arquipélago, os roceiros tenham feito por avivar a disjunção entre os das roças e os nativos, tendo em vista, por exemplo, a preservação das propriedades em caso de turbulência política e de reivindicações de distribuição de terras. A criação de um tecido social nas roças deveria afigurar-se o melhor dos antídotos contra tais reivindicações.

Dissemo-lo, a crer nalguns ex-serviçais, foram os próprios europeus a usar essa expressão<sup>14</sup>. Por um lado, tal induz a supor que, no final do colonialismo, os roceiros tinham uma atitude oposta à das décadas precedentes, iniciando-se em manifestações de paternalismo<sup>15</sup>. Por outro, convida a imaginar recriações dessa expressão já depois da independência para efeitos de interpretação da evolução política do arquipélago equatorial.

Embora pessoas, que não ex-serviçais, tenham asseverado que a designação *segundos europeus*<sup>16</sup> não tinha curso na era colonial, ela foi utilizada por ex-serviçais regressados a S. Vicente ainda no tempo colonial, parte deles sem contactos com S. Tomé e Príncipe ou com uma visão muito esbatida da evolução deste arquipélago após a sua saída. Portanto, é possível que a designação possa ter sido (re)criada no tempo colonial, conhecendo sucessivas adaptações conformes às mudanças de políticas e no dia-a-dia das roças. Tal processo prosseguiria no pós-independência.

### ***Segundos europeus* ou o juízo do pós-independência**

---

Na ausência de tal equação política, alguma proximidade dos administradores das roças com o pessoal terá servido para obter uma prestação produtiva a contento num tempo em que se tornara impossível extorqui-la pela coacção.

<sup>14</sup> Neste particular, temos de equacionar a hipótese de estarmos perante um expediente – de alguma forma, tributário de reminiscências da ideologia colonial – para avalizar a interpelação implicitamente contida na apresentação de si mesmos como *segundos europeus* a quem chega de fora.

<sup>15</sup> Nalguns administradores notavam-se sinais de uma emergente consciência social que como que visava reparar as fissuras causadas pela agressividade e a rudeza de trato inspiradas pelo ideário colonialista imperante até meados de Novecentos.

A par disso, a rarefacção de braços obrigava à racionalização das tarefas, prescindindo-se, por exemplo, da ocupação do tempo como princípio de organização de trabalho. Assistiu-se a alguma personalização das relações laborais, combinando-se a reiteração das diferenças sociais com a proximidade assente no reconhecimento da valia dos indivíduos (em termos comparativos, veja-se NAVE 1990:29).

Justamente, pode pensar-se que a noção de *segundos europeus* conterà implicitamente uma reivindicação social inspirada na valorização das garantias de vida e no papel do paternalismo, nos derradeiros anos do colonialismo associado a uma maior contiguidade nas roças.

<sup>16</sup> Sem prejuízo da necessidade de pesquisas ulteriores, observa-se que, apesar de *branco* ser um termo corrente nas narrativas do passado – sendo comum ouvir dizer “no tempo do branco” (em alternativa, “no tempo do colono”) ou “o branco fez...” –, os cabo-verdianos recorrem, não a “branco”, mas a “europeu”. Podemos-nos interrogar acerca das razões pelas quais dizem *segundos europeus* e não *segundos brancos*. Por existir uma primazia do aspecto civilizacional – mais conforme à sua ideia de cabo-verdianos – sobre o referente racial? Não o saberíamos dizer. Em todo o caso, nos testemunhos dos cabo-verdianos, o critério da civilização parece sobrepujar o da coloração epidérmica.

Eventualmente, tal poderia advir da cautela induzida pela carga racial, actualmente menos aceitável, da designação “branco”. Mas a expressão *europeus* pode ter sido induzida no tempo colonial. Ou, talvez, ter sido transportada desde Cabo Verde.

Actualmente, a designação *segundos europeus* pode interpretada como uma reacção dos ex-serviçais à africanização da terra e das gentes, entrementes tornada uma deriva identitária com que os são-tomenses ensaiam racionalizar o processo de perda económica e social por que passa o seu país. Vejamos como, em virtude do percurso pós-independência, a designação *segundos europeus* readquiriu sentido para os que dela se reivindicam.

Tal como no colonialismo, após o 25 de Abril as considerações de teor racial continuaram como um instrumento de análise do rumo da história e um móbil de acção. Sem embargo das roupagens progressistas do ideário independentista, foi com base na clivagem racial que se legitimaram os que acederam ao poder em 1975. Ao tempo, desenhou-se uma clivagem assente na *raça* – que congregava são-tomenses, cabo-verdianos e outros contra os colonos –, embora o lema fosse o da luta contra a exploração do homem pelo homem. Anos depois, quando a miséria se abateu sobre os trabalhadores das roças, estes, preterindo os slogans políticos pela racialização das condutas – entre elas, as lesivas do património das roças –, atribuíram o empobrecimento do país à natureza de quem passara a governar S. Tomé e Príncipe<sup>17</sup>.

É disso que os ex-serviçais cabo-verdianos se distanciam. Como? A noção de *segundos europeus* aponta para uma característica irreduzível, traduzida pelo fenótipo. Simultaneamente – por um processo de identificação (alienada que seja) com o colono e de oposição aos mandantes em S. Tomé e Príncipe –, *segundos europeus* remete para supostos atributos de cabo-verdianos, entre os quais, a inteligência demonstrada na compreensão da condição humana, a esperteza, a capacidade de afrontamento das adversidades, a lida do mundo e uma dada ética de trabalho<sup>18</sup>.

Há anos a passar por privações incontáveis e a caminho do fim de suas vidas, a visão do mundo dos cabo-verdianos tende a enquistar. O seu discurso reporta-se a marcas corporais, para eles, provas irrefutáveis da sua natureza. Por outras palavras, apelam ao mais poderoso dos argumentos, o da dissemelhança entre a epiderme e o fenótipo deles e os dos demais africanos habitantes e senhores da terra. Para os ex-serviçais cabo-verdianos, na diferença de natureza encontra-se, indubitavelmente, a

<sup>17</sup> A racialização, como explicação dos comportamentos e, daí, do fracasso do país, é também adoptada por são-tomenses que encontram na natureza do africano ou do negro – isto é, deles – o mais contundente dos argumentos para contestar o *status quo* e as assimetrias sociais.

<sup>18</sup> Tal não invalida que, nalgumas circunstâncias, supostos traços da sua personalidade – por exemplo, a intrepidez ou a esperteza – tenham conflituado com a boçalidade dos europeus.

explicação da trajectória de perda de S. Tomé e Príncipe, de que eles, ex-trabalhadores das roças, são as maiores vítimas.

Portanto, a noção anacrónica de *segundos europeus* condensa uma leitura da evolução do (seu) mundo. Conquanto tributária do ideário colonial, a hierarquização social subjacente a essa denominação comporta um juízo sobre a sua civilização comparada com a dos outros, os são-tomenses. Serve igualmente para se situarem perante as danosas mudanças políticas e económicas desfavoráveis sobrevindas no pós-independência.

A noção de *segundos europeus* traduz um ressentimento e hoje – irremediavelmente traçado que está o seu destino – ela pode ser lida como a denegação da solidariedade racial que cimentou o bloco político-social contra os colonos na transição para a independência. Agora, rejeita-se a afinidade racial apregoada para efeito da mobilização anti-colonial nessa época.

Atenhamo-nos, então, à crítica da presente situação em S. Tomé e Príncipe. Os cabo-verdianos detêm uma visão acerca das desigualdades humanas como princípio perene da ordenação do mundo, incluindo a terra natal. Tal noção de um mundo fatalmente injusto não os torna nem passivos nem acríticos relativamente às desigualdades sociais. Mas umas são mais toleráveis do que outras. Afinal, enquanto o alinhamento de contornos raciais – brancos, cabo-verdianos, nativos e outros – do tempo colonial parece, a esta distância, menos gravoso, quando não aceitável<sup>19</sup>, o actual ordenamento social favorável aos são-tomenses afigura-se-lhes contra-natura.

Apesar de enviesada pela resiliência do ideário colonial ou, mesmo, do racismo, a noção de *segundos europeus* tem um valor interpretativo evidente: o de que o desajustamento entre a actual posição hegemónica dos são-tomenses e a respectiva natureza não pode senão desembocar em comportamentos anti-sociais conducentes à ruína dos empreendimentos dos homens.

## **A perda económica e social**

---

<sup>19</sup> A reavaliação e o matizar das críticas ao tempo do *colono* resulta da apreciação dos políticos são-tomenses. Por um lado, estes derrogaram a ideologia igualitarista com que aliciaram os cabo-verdianos, e, por outro, não se legitimam por uma prática justa, como, no final, vinham intentando fazer os padrões *brancos*. No mínimo, era este padrão de evolução que os cabo-verdianos (e, decerto, também os são-tomenses) esperavam ver prosseguido após a independência.

No tempo colonial, o termo *segundos europeus* escorou as queixas e protestos contra a indigenização a que estavam obrigados pelos ditames dos roceiros. Noutros termos, a reivindicação de civilização subjacente à ideia de *segundos europeus* compôs variadas contestações ao labor e à vida nas roças. Presentemente, a afirmação da qualidade de *segundos europeus* comporta uma acusação quanto às provações por que passam e denuncia a contradição entre a sua situação social e a sua imaginada natureza.

Enfatizando a sua desventura, alguns chegam a classificar-se como escravos dos são-tomenses em cujo *quintal* são obrigados a trabalhar. Outrora, não obstante a pobreza da sua terra os ter impellido para o *contrato*, eles deviam sentir-se acima dos nativos (e até de europeus boçais, a quem tinham de obedecer por terem escolhido o *contrato*). Hoje, o ressentimento advirá da derrogação da superioridade simbólica de outrora. Os nativos passaram a mandar na terra e subalternizaram-nos, não apenas esquecendo as promessas políticas do advento da independência, como voltando a invectivá-los com o termo *gabão*<sup>20</sup>, nome de escravizados e de desqualificados coagidos aos ditames das roças.

A designação de *segundos europeus* tem um valor político, porquanto diminui o argumento de que os são-tomenses estão na sua terra, deixando implicitamente entendido que a desmerecem. Retratando-se como *segundos europeus*, os cabo-verdianos desqualificam os são-tomenses, invertendo simbolicamente a actual subalternidade relativamente a estes.

Na era colonial, uma vez dobrada a fase das maiores agruras de trabalho e de vida dos anos 50, os europeus reconheciam a índole diferente dos cabo-verdianos. Esse reconhecimento não anulava as assimetrias sociais, mas, dissemo-lo, para eles, as diferenças eram constitutivas do mundo. O reconhecimento da sua idiosincrasia pelos roceiros foi um passo na melhoria do ambiente social, justamente a evolução que os levou a ficar por S. Tomé e Príncipe.

---

<sup>20</sup> Esta alegação poderá não corresponder fielmente à realidade. Com efeito, queda por comprovar com que intensidade subsiste, se subsiste, esta prática de rebaixamento dos serviçais com que outrora os nativos se procuravam demarcar das roças.

Em S. Tomé, nunca vi responsáveis políticos incentivar o uso de linguagem pejorativa para com os ex-serviçais. A distinção social dos poderosos e dos governantes socorre-se de outros meios e, pese embora o eventual orgulho na identificação com o veio de *filhos da terra* ou de *forros*, as clivagens étnicas não são encorajadas, pelo menos ao nível retórico.

Não se pode descartar o uso do termo *gabão*. Mas também é natural que, em perda, os cabo-verdianos lembrem agravos antigos para explicar compreensivamente a sua situação actual.

Hoje, os mandantes de uma terra tornada estranha não lhes reconhecem nada. Reina a desolação que não advém apenas da pobreza mas igualmente da perda da valia individual e da condição de cabo-verdianos. Logo, eles descrevem a sua situação falando em *abandono*, em *trapos*, em *escravos*, realçando, desse modo, o contra-senso entre a sua condição de *segundos europeus* e a de escravos, um artifício retórico de alguma ressonância política.

Empobrecidos, sem outro horizonte além da morte, os ex-serviçais estão acantonados nas roças, depois de, há anos, terem sido impedidos pelo fechamento da sociedade são-tomense à competição e à mobilidade social de usar as suas aptidões e a sua identidade para ascenderem económica e socialmente. Têm consciência da marginalização – a que aludem subliminarmente com a palavra *abandono* – embora não a classifiquem de premeditada<sup>21</sup>. Neste contexto, como e para que fins denunciá-la?

Quando momentaneamente se rompe a solidão e têm oportunidade de falar, resumem-se à crítica da apropriação indevida de bens das roças pelos responsáveis nomeados após 1975. De fundo ético, essa crítica faz-se a partir da racialização de comportamentos. Justamente, a qualidade de *segundos europeus* sentencia o seu distanciamento de tais práticas.

### ***Segundos europeus, uma face da identidade cabo-verdiana***

Situamo-nos, pois, nos antípodas das (nossas) noções de criouliização e das perspectivas do mundo a ela associadas. Ou mesmo de uma noção de mestiçagem<sup>22</sup>, supostamente constitutiva do povo cabo-verdiano.

No passado, com a mestiçagem visava-se o embranquecimento das sociedades ou, de outro modo, tal fito comportava uma esconsa negação do negro. Aventaríamos que hoje a designação de *segundos europeus* sublinha esta negação. Devido à evolução pós-1975, os termos em que os cabo-verdianos interpretam a sua situação implicam a

---

<sup>21</sup> O crivo étnico deve ter várias vezes barrado a trajectória ascensional de descendentes de cabo-verdianos, não necessariamente devido a uma ideologia segregacionista quanto ao peso dos laços familiares e clientelares na modelação da sociedade são-tomense.

<sup>22</sup> A ideia de mestiçagem corre entre os cabo-verdianos, alguns dos quais se percebem como *genuínos* enquanto descendentes de progenitores de diferentes *raças*. Esta valorização da mestiçagem entre os cabo-verdianos não se prende com a sua valia política, hoje nula. Possivelmente, tem a ver com o enraizamento popular de ecos de ideias do tempo colonial.

rejeição liminar de um negro em particular – daquele que tomou o poder em S. Tomé e Príncipe –, a quem responsabilizam pela sua desgraça.

A dimensão da alienação será notada pelo observador exterior. Já os cabo-verdianos apontam a injustiça da sua perda social. E, na ausência de qualquer perspectiva para safar a o dia-a-dia após décadas de trabalho massacrante, que resta senão procurar uma demarcação que contrabalance, ao menos simbolicamente, a miséria e a marginalização que não têm hipótese de combater?

Independentemente dos processos de identificação acorrerem às oportunidades políticas, nem sempre serão totalmente arbitrários. Por exemplo, a ideia de *segundos europeus*, ou de uma herança europeia, não tem sido reclamada por são-tomenses em tempos recentes<sup>23</sup>. Mais, para os cabo-verdianos, os são-tomenses não a poderão reivindicar. Enfatizando a dimensão civilizacional da sua condição de *segundos europeus*, dizem *nós podemos acompanhar branco*. E relatam, *hoje, chamam a nós estrangeiros (...) os estrangeiros veio ensinar a vocês [são-tomenses] trabalhar e a falar...*

A denominação *segundos europeus* comporta uma faceta instrumental, valiosa porque vivamente sentida e consciencializada por alguns dos cabo-verdianos, que a usam para rebater o epíteto de *gabão* e estabelecer uma demarcação social inversa. Entre os cabo-verdianos, raça e cultura não se afiguram suficientemente distintas. Ao invés, o determinismo, outrora imediatamente inerente a esse binómio, parece comprovado pela degradação social em S. Tomé e Príncipe, o que reforça o impulso a sublinhar a condição de *segundos europeus*. Apregoando a sua civilização, apartam-se da africanização dos nativos. Esta é a posição dos cabo-verdianos que, marginalizados e sem razões para aspirar à integração numa sociedade drasticamente empobrecida, reelaboram a sua identidade pela reafirmação da ética aprendida no torrão natal a que se afirmam incondicionalmente fiéis.

No final de suas vidas, é com noções aparentadas com a de *segundos europeus* que interpretam o mundo e a sua vida, seguindo as pisadas de seus pais, por exemplo, na

---

<sup>23</sup> Apesar de nos primórdios do século XX, estes terem reivindicado comungar de mais elevados patamares de civilização europeia. Em época de prosperidade devida ao cacau, os seus ascendentes ostentavam um refinamento de gostos a que europeus rústicos, contratados para cargos intermédios nas roças, não podiam aspirar.

procura de vida, reafirmando uma justeza (cabo-verdiana) de princípios que, como é próprio da experiência humana, nem sempre encontra realização neste mundo.

Se o rótulo de *segundos europeus* proporcionasse ganhos reais, ainda seria mais abraçado. No entanto, na falta da canga do *destino* ou da *graça de Deus*, as piruetas da vida ensinaram aos cabo-verdianos o escusado do apego a sentimentos de outrora que – sabem-no bem – não têm mais sentido. Seja como for, é pela afirmação da sua diferença que se reconciliam com as partidas que o destino e a evolução política em S. Tomé lhes pregaram.

### **Notas conclusivas**

*Segundos europeus* afigura-se uma etiqueta de indivíduos de vidas corridas em horizontes fechados e, talvez por isso, aqui e além propensos a expressar, verbal e gestualmente, sentimentos passíveis de confusão com a aceitação da inferioridade face aos europeus. Evidentemente, tal afigura-se pouco consentâneo quer com os sentimentos do comum dos cabo-verdianos, quer com valores que actualmente plasmam a pesquisa social. A expressão de tais ideias revelaria, pois, pouco conhecimento do mundo, ainda entendido à luz do imobilismo social do S. Tomé e Príncipe colonial. Mas não tendo os olhos fechados – assim o pretextam –, porque insistiriam os ex-serviçais cabo-verdianos numa tal formulação? A explicação pode ser encontrada na compensação simbólica e na denúncia política, mesmo se enviesada, a que se presta tal designação. Na realidade, é na vivência no S. Tomé e Príncipe independente que reside a explicação do uso da noção de *segundos europeus*, a que, como outrora, recorrem para reagir simbolicamente à subalternidade em que se acham.

Para eles, pouco ou nada porá em causa a sua leitura do mundo, através da qual tentam uma compreensão do que lhe sucedeu. A ênfase dos testemunhos valida a sua verdade e autentica o seu sentimento de revolta sofrida e contida. Concomitantemente, o isolamento e a privação extrema vincam ainda mais, se porventura isso é imaginável, a consciência de serem cabo-verdianos.

Seria risível taxar os ex-serviçais cabo-verdianos, com quem me sinto emocionalmente implicado, de essencialistas ou de coisa que o valha, mesmo se nos seus testemunhos aflora uma noção de um veio singular que dimanaria das suas ilhas<sup>24</sup>, ideia que, previsivelmente, não corroboro. Termino de outro modo: ao cabo de décadas de vida assaz sofrida, quem lhes dirá que não viveram de acordo com o que os seus pais lhes legaram como sendo valores cabo-verdianos?

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Miguel Vale de, 2000, *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política de identidade*, Oeiras, Celta
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 2004, *Outros destinos. Ensaios de antropologia e de cidadania*, Porto, Campo das Letras
- CARREIRA, António, 1983 [1977], *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Instituto Caboverdeano do Livro
- CONNERTON, Paul, 1999 [1ª ed. 1993] *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta
- EYZAGUIRRE, Pablo, 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University
- FENTRESS, James e WICHAM, Chris, 1994, *Memória social*, Lisboa, Teorema
- FERNANDES, Margarida, 2004, *Hora di bai. Os cabo-verdianos e a morte. Uma abordagem antropológica através da literatura de ficção*, Lisboa, Nova Vega
- GEERTZ, Clifford, 1989, *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara
- MAINO, Elisabetta, 1999, “A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão” in *Africana Studia* nº2, Porto, CEA-UP
- MEINTEL, Deirdre, 1984, *Race, culture, and portuguese colonialism in Cabo Verde*, Syracuse University

---

<sup>24</sup> E que, começa a ser reconhecido, noutras circunstâncias sociais sugere o enquistamento do discurso identitário ou o reveste de tons marcadamente auto-encomiásticos atinentes à exaltação do cabo-verdiano.

MOORE, Brian L., 1987, *Race, Power and Social Segmentation in Colonial Society. Guyana After Slavery 1838-1891*, Nova York, Gordon and Breach

NASCIMENTO, Augusto, 2002, *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*, S. Tomé

NASCIMENTO, Augusto, 2002, *Órfãos da Raça: Europeus entre a fortuna e a desventura no S. Tomé e Príncipe colonial*, S. Tomé, Instituto Camões / Centro Cultural Português

NASCIMENTO, Augusto, 2003, *O sul da diáspora. Cabo-verdianos nas plantações de S. Tomé e Príncipe e de Moçambique*, Praia, Edição da Presidência da República de Cabo Verde

NASCIMENTO, Augusto, 2005, *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente* [para publicação]

NASCIMENTO, Augusto, 2006, *O fim do 'caminhu longi'* [para publicação]

NAVE, Joaquim Gil, 1990, *Identidade social e ética do trabalho nos assalariados agrícolas do Alentejo – a empresa colectiva e a comunidade local no espaço rural pós-latifundista. Um estudo de caso*, Lisboa, ISCTE

SEIBERT, Gerhard, 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden, Universidade de Leiden

SILVA, António Leão Correia e, 2003, *Combates pela história*, Praia, Spleen Edições

TENREIRO, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar